

Avaliação como instrumento de gestão na busca pela qualidade educacional *Evaluation how management resources in search of the education quality*

Carla Rizzi Antunes da Silva Bafini¹, Maria Teresa de Moura Ribeiro²

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação em Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté - UNITAU, Rua Visconde do Rio Branco, 210, CEP 12100-000, Centro, Taubaté, SP, BR (carizzi1@hotmail.com)

² Professora do Programa de Pós-graduação em Educação em Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté - UNITAU, Rua Visconde do Rio Branco, 210, CEP 12100-000, Centro, Taubaté, SP, BR (mterib@hotmail.com)

Recebido em 30 de maio de 2015; Aceito em 13 de junho de 2015.

Resumo

O texto aborda a relação da avaliação com a qualidade educacional e destaca este entendimento como um saber essencial para o processo de trabalho docente e de gestão educacional como um todo. Frente às dificuldades históricas provenientes do crescimento da educação brasileira, por meio de uma revisão de literatura, as autoras propõem uma discussão sobre a avaliação, a qual deve ser realizada em diferentes níveis (micro, médio e macro). Além disso, propõem também que seja utilizada como instrumento diagnóstico e formativo no acompanhamento dos processos educativos. Os resultados desta pesquisa, mesmo ainda em construção, já demonstram que é necessário desenvolver uma articulação entre tais níveis de avaliação, sendo que esta aprendizagem repercute nos processos de qualificação das formas de participação docente no projeto da escola e, na busca pela melhoria da aprendizagem dos estudantes.

Palavras-chave: Avaliação; Qualidade Educacional; Qualidade de Ensino; Gestão Escolar.

Abstract

The text article deals with the relationship with evaluation and the quality of education and highlights this understanding as knowledge essential to the teaching process. Faced with the historical difficulties of growth of Brazilian education, through a literature review, the authors propose that the discussion of the evaluation is carried out in different levels (little, middle, large). Besides, propose be used as a diagnostic and formative instrument in monitoring the development of education, to its educational quality. Learning of articulation, even still under construction, have already shown that it is necessary articular the levels of evaluation reflected in the qualification of the forms of teacher participation in school project and in search of improves student learning.

Keywords: Evaluation; Education Quality; Quality of Education; School Management.

PARA UM COMEÇO DE CONVERSA...

Ao analisar o panorama educacional brasileiro, é fácil compreender a existência de inúmeras pesquisas, trabalhos, teses e debates a respeito da avaliação e da qualidade educacional. Porém, é preciso fazer com que o processo de análise de dados aconteça de maneira crítica, formativa e compromissada, de forma a não permitir que tais realizações caiam em modismos acríticos a respeito do processo educacional como um todo. Franco (1990) destaca que é evidente que não basta avaliar para melhorar. No entanto, ressalta que existe todo um percurso da história da avaliação educacional brasileira que precisa ser recuperado, principalmente no que diz respeito ao entendimento e identificação das matrizes epistemológicas em que foram inspirados estes ou aqueles modelos para que se complete o real entendimento de cada um deles.

Sordi e Ludke (2009) concordam que, sem a avaliação, a equipe escolar fica desprovida de evidências que permitam monitorar e intervir de forma imediata e ativa nas condições que interferem no alcance das metas e objetivos educacionais pretendidos. Além disso, destacam que não há dúvidas acerca da real importância da avaliação para alcançar avanços no desenvolvimento dos estudantes e nos processos de qualificação da escola, sendo esta responsável por possibilitar-lhes a iluminação sobre caminhos decisórios.

Porém, as mesmas alertam que a organização do trabalho escolar reúne diferentes atores, compreendendo uma enorme diversidade de interesses, concepções e valores e que, disso, deriva a necessidade de construção de acordos mínimos para que se balizem as decisões tomadas, sem os quais a eficácia do trabalho planejado pode ficar comprometida.

Além desses aspectos de grande importância, ao falar em avaliação educacional é importante situar em qual nível de preocupação a questão é colocada: “se em nível de sistema, se em nível de programas educacionais, se em nível de pesquisa educacional ou, se em nível de acompanhamento que o professor faz dos alunos em sua sala de aula” (GATTI, 2009, p. 61). Dependendo do nível situado, os conceitos, objetivos, tipos, funções, técnicas e instrumentos de avaliação são diferentes e precisam ser levados em consideração.

Ou seja, perceber a heterogeneidade da equipe escolar, identificar as concepções e pressupostos a respeito do processo avaliativo e perceber os níveis de preocupação identificados a cada uma das questões apontadas pela equipe escolar no dia-a-dia para análise são fatores imprescindíveis para o início de um debate crítico a respeito da avaliação em função da qualidade educacional, aspecto que este artigo se propõe a debater.

A GARANTIA LEGAL DA QUALIDADE EDUCACIONAL

Como nos referimos no início deste artigo, ao longo do processo histórico educacional brasileiro, a relação da população com seus direitos educacionais foi evoluindo. Nesse sentido, o direito à educação oferecido à população não pode mais ser confundido como o direito ao acesso à escola. “Este acesso precisa vir acompanhado do compromisso com a aprendizagem dos estudantes e com seu direito de acesso ao conhecimento acumulado” (SORDI; LUDKE, 2009, p. 328). Da mesma forma, de acordo com o Relatório do INEP, “o direito à educação, que durante longos anos no Brasil significou o direito de matrícula em alguma escola, [...] significa hoje o direito ao aprendizado” (BRASIL, 2008, p. 11). O referido relatório aponta ainda que:

Como são muitas as competências necessárias à cidadania, as diferentes estruturas educativas têm ênfases diferentes. Por exemplo, a família e a religião são forças tão poderosas quanto a escola na formação da visão de mundo e dos valores de cada criança ou jovem. Assim sendo, a escola não pode ser responsabilizada sozinha por insucessos nessas áreas, mas deve responder majoritariamente pelo eventual fracasso de seus alunos no aprendizado de competências cognitivas. (BRASIL, 2008, p. 11).

Os dados do INEP do ano de 2012 mostram ainda que, ao analisar a história da educação brasileira de forma geral, houve

um grande avanço no acesso e até mesmo na permanência dos alunos nos bancos escolares. Mas, há uma necessidade emergente de se pensar e agir a respeito da qualidade do processo educacional ofertado aos estudantes atualmente. A respeito deste assunto, o então Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, em sua carta de apresentação do Programa de Formação de Professores Alfabetizadores, ofertado pelo Ministério da Educação em 2001, ressalta o esforço conjunto para o resgate do compromisso da escola com a formação do aluno e destaca que, mesmo não sendo a única variável a interferir na qualidade do ensino e da aprendizagem, a boa formação do professor é fundamental para a consecução desses objetivos (BRASIL, 2012).

Além disso, para que se estabeleçam critérios que possam servir de indicadores para a identificação da qualidade da educação e, conseqüentemente, da garantia do direito do aluno ao acesso ao aprendizado, é necessário o estabelecimento de mecanismos de monitoramento do processo para aperfeiçoamento das práticas pedagógicas realizadas em sala de aula. Daí, surge a pergunta que nos leva adiante...

MONITORAR PARA QUÊ?

A caminho de um debate crítico sobre o assunto, estabelecidos os primeiros alertas a respeito das concepções avaliativas, torna-se necessário refletir sobre a importância do acompanhamento nos processos de monitoramento e avaliação educacional, os quais geram dados, tanto quantitativos quanto qualitativos, que devem ser utilizados na composição de uma análise crítica frente a realidade escolar. Neste sentido, Castro (1998, p. 05) destaca que:

A ênfase em processos de avaliação é hoje considerada estratégica como subsídio indispensável no monitoramento das reformas e das políticas educacionais. Não há País no mundo preocupado em aumentar a eficiência, a equidade e a qualidade do seu sistema educacional que tenha ignorado a importância da avaliação como mecanismo de acompanhamento dos processos de reforma. Cada vez mais atribui-se relevância tanto à avaliação institucional em suas diferentes dimensões (condições da infra-estrutura das instituições escolares; processos de gestão; formação, qualificação e produtividade dos recursos humanos, etc.), como em relação à avaliação de resultados (o que e como os alunos aprendem, quais os fatores associados ao rendimento escolar, impactos de fatores extra e intra-escolares na aprendizagem, etc.).

Em outras palavras, para melhor clarificação da qualidade da educação, é preciso utilizar ferramentas de avaliação com base em indicadores de qualidade preestabelecidos que possibilitem não só um melhor entendimento deste mecanismo, mas que proporcionem o monitoramento da evolução processual com base em dados reais e fidedignos. Como já dizia Lewis Carrol (2002, p. 10), em sua obra Alice no País das Maravilhas: "Quando não se sabe para onde ir, qualquer caminho serve". Neste sentido, de acordo com Nóvoa (1992), o processo de avaliação é utilizado como instrumento diagnóstico que oferece dados importantes para o estabelecimento de novas ações em micro, média e larga escala para o desenvolvimento e progresso da qualidade educacional como um todo.

Como microescala, ou nível micro, a partir desta pesquisa, podemos destacar a avaliação interna, representada pela ação didática e diária do professor, no acompanhamento do progresso da aprendizagem de seus alunos, o que abrange não só a questão dos conteúdos que compõem o currículo, mas também as habilidades e competências a serem desenvolvidas ao longo dos anos de escolaridade (NÓVOA, 1992).

Como média escala, ou nível médio, podemos abordar a questão da avaliação institucional, que se utiliza dos dados obtidos com as avaliações internas e dos dados ofertados pelas avaliações em larga escala para realizar uma análise crítica a respeito do desenvolvimento da Unidade Escolar como um todo. Isso possibilita conhecer e acompanhar com maior lucidez o desenvolvimento da Unidade Escolar ao longo dos anos e prover informações para que a comunidade escolar estabeleça metas e mudanças em sua realidade, com vistas à melhoria da qualidade do ensino e, conseqüentemente, maior grau de aprendizagem dos alunos (NÓVOA, 1992).

A esse respeito, Sordi e Ludke (2009, p. 328) alegam que:

Sendo a avaliação institucional participativa um exercício de releitura da realidade escolar a partir de seus atores locais, apoiado em distintas evidências, parece-nos que a parada obrigatória e sistemática inerente ao processo de avaliação possibilita que estes atores voltem a se reconhecer como coletivo e como coletivo se interroguem sobre o projeto que pretendem construir e como coletivo se desafiem e se amparem para o trabalho árduo que os aguarda, se de fato se colocarem a serviço da aprendizagem das crianças.

As pesquisadoras completam ainda que “avaliar a escola e construir juízo de valor sobre a função social que possui implica um zelo bastante acentuado, dadas as mudanças que assolam nossa sociedade” (SORDI e LUDKE, 2009. p. 328). Neste sentido, é preciso levar em consideração a evolução dos desafios impostos pela realidade, mas sem perder o compromisso da educação para quem a escola pode e precisa fazer a diferença.

Como larga escala, ou nível macro, podemos citar os processos de avaliação externa que, tanto no Brasil quanto no espaço internacional, são realizados atualmente por meio de processos periódicos que estabelecem critérios gerais, padrões de comparação como validação de todo o processo realizado e indicadores de novos rumos a seguir (NÓVOA, 1992).

Considerando todos estes níveis e as especificidades que cada um compreende, é possível perceber que o processo de monitoramento é um desenvolvimento complexo, repleto de conexões que se interligam e se completam e que não se tratam de momentos isolados ou estanques. Ao proporcionar a análise crítica nestes três níveis de escala, é possível ampliar a visão que se tem a respeito do processo educacional, tornando a prática educativa mais consciente e clara para todos os envolvidos.

Porém, é preciso ter atenção para que haja o correto entendimento do uso dos dados de avaliação externa como elemento diagnóstico, de forma a contribuir com dados para o aprimoramento do trabalho diário desenvolvido dentro da escola. O que se percebe nos meios escolares é que avaliação externa é vista apenas como um instrumento classificatório, completamente desvinculado do “chão da sala de aula”, que necessita de um “desvio” da ação didática e pedagógica causando uma certa “fuga” do trabalho curricular preestabelecido, caso o alcance de resultados seja alvo da instituição.

Para minimizar este grande engano, abordaremos esta temática de forma especial a seguir, procurando clarificar esses conceitos existentes.

A AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA PODE SER UMA ALIADA EM SALA DE AULA?

Sim. Para que haja o adequado monitoramento dos dados coletados, é preciso conhecer as principais avaliações de larga escala a que as escolas estão sendo submetidas. Perceber a interrelação entre elas e a conexão com o trabalho desenvolvido no chão da escola (micro escala) é o primeiro passo para se desmistificar a ruptura que existe entre a aplicabilidade das mesmas e o trabalho desenvolvido em sala de aula.

Em âmbito internacional, o PISA¹ (INEP, 2014) é o programa de avaliação que estabelece comparativos mundiais entre os diferentes países ligados à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, avaliando alunos em Leitura, Matemática e Ciências, além de proporcionar uma análise contextual, cujos resultados podem ser utilizados pelos governantes no replanejamento de políticas educativas. Seu objetivo é produzir indicadores que possam contribuir para a discussão da qualidade educacional nos países participantes, subsidiando a política de melhoria do ensino básico e identificando até que ponto os jovens estão sendo preparados para exercer o papel de cidadãos. Realizado a cada dois anos, o processo é feito de forma amostral e os dados são utilizados pelas mais variadas instâncias educacionais, guiadas pelos trabalhos desenvolvidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO.

1 O *Programme for International Student Assessment* (Pisa) - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - é uma iniciativa internacional de avaliação comparada, aplicada a estudantes na faixa dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países.

Em âmbito nacional, o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), em seu Art. 11º, aponta que o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB constitui “fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação de políticas públicas desse nível de ensino”. Em seu Parágrafo Primeiro, destaca que são produzidos, a cada dois anos, indicadores de rendimento escolar e de avaliação institucional pautados no perfil de cada Unidade Escolar e, em seu Parágrafo Segundo, aponta a elaboração e divulgação de índices para avaliação da qualidade, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, que agreguem os indicadores apontados no parágrafo anterior.

Para esta realização, são constituídos três importantes instrumentos para consolidação desse processo avaliativo em larga escala: A avaliação Nacional da Educação Básica – ANEB, realizada de forma amostral, bienalmente, com escolas públicas e privadas; a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – ANRESC/PROVA BRASIL, realizada também bienalmente, porém, de forma censitária com escolas públicas de todo o território nacional; e a Avaliação Nacional de Alfabetização – ANA, realizada anualmente, de forma censitária, apenas com os alunos do 3º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas.

Figura: Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB



Fonte: INEP, 2015

Em âmbito estadual, a critério de cada governo, são estabelecidas também ações de monitoramento educacional. Alguns exemplos de tais práticas podem ser vistos no Rio de Janeiro, com o Sistema de Avaliação do Rio de Janeiro – SAERJ, no Rio Grande do Sul, com o Sistema de Avaliação Participativa – SEAP/RS, e na Bahia, com o Sistema de Avaliação Baiano de Educação – SABE. No Estado de São Paulo é desenvolvido o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP, com processos anuais de avaliação desenvolvidos com as turmas de 2º, 3º, 5º, 7º e 9º anos do Ensino Fundamental, bem como 3º ano do Ensino Médio.

Importante destacar que, mais do que gerar notas e “ranqueamentos” classificatórios, todos estes processos avaliativos em larga escala (nível macro) partem do estabelecimento de níveis de proficiência e de indicadores que devem ser analisados de forma qualitativa pela equipe escolar na busca pela melhoria da qualidade da educação. São estes os verdadeiros e imprescindíveis dados coletados que devem ser alvo do interesse de profissionais, familiares e até alunos no verdadeiro monitoramento do processo de ensino e aprendizagem desenvolvido em nossas escolas.

A esse caminhar, agrega-se uma postura de profissionalização da área educacional como um todo que, mais do que aferir notas ou calcular desvios, passa a identificar as reais necessidades apresentadas pelos alunos no processo educacional como um todo.

VOLTANDO À RELAÇÃO DA AVALIAÇÃO COM A QUALIDADE EDUCACIONAL

Entendendo a importância da avaliação como um todo, conhecendo seus mecanismos de aplicação e monitoramento e tendo consciência sobre o real papel da escola como órgão que garante ao cidadão o direito à educação de qualidade, fica clara a evidente necessidade de articulação da avaliação para o alcance da qualidade educacional. Nesse sentido, Sousa (2011, p.16) alega que “a avaliação pode ser utilizada para promover (ou não) a escola de qualidade para todos. Não é um tema novo, mas é atual, considerando os persistentes dados de fracasso escolar” e destaca que:

Durante um longo período, quando nos referíamos à avaliação educacional tínhamos como objeto, quase que exclusivo, a aprendizagem do aluno. No entanto, na atualidade, diferentes vertentes vêm ganhando visibilidade nas políticas, práticas e pesquisas, como avaliação de desempenho de alunos, de desempenho docente, institucional, de políticas educacionais, entre outras, evidenciando-se a complexidade e amplitude do campo da avaliação educacional (SOUSA, 2011, p. 16).

Importante destacar que o compromisso a democratização do ensino pressupõe uma ruptura com a função classificatória da avaliação. Ao contrário disso, deve servir como instrumento diagnóstico e formativo, estimulando o avanço do conhecimento (SOUSA, 2011). Embora o Ministério da Educação estabeleça a realização de avaliações desde a década de 1990, o uso sistemático dos resultados alcançados tem se desenvolvido gradativamente, quebrando resistências encontradas anteriormente tanto pelos órgãos oficiais quanto pelos profissionais da educação propriamente ditos.

Bauer (2011), alerta que avaliar a qualidade da educação em função de sua produção ou da indicação do que é considerado um desempenho eficiente demanda não só a aferição dos resultados alcançados, mas também a análise crítica dos meios pelos quais tais resultados foram obtidos. Relata ainda que o IDEB nada mais é do que uma “medida-resumo” de uma realidade social mais complexa do que seu resultado e destaca que, além da dimensão da aprendizagem, outras dimensões devem ser consideradas na avaliação da qualidade do ensino, tais como o ambiente educativo, a gestão escolar, a formação e as condições de trabalho dos profissionais da escola, o ambiente físico escolar, o acesso e a permanência na escola, a prática pedagógica e a avaliação.

Com isso, fica clara a interligação de todo esse processo. O sucesso escolar depende da busca pela qualidade do ensino, sendo que esta configura-se muito além de simples dados extraídos da avaliação externa, mas que os utiliza como dados importantes no diagnóstico contínuo das necessidades de aprimoramento em um verdadeiro processo formativo. Para que tais objetivos sejam atingidos pela escola, novas formas de organização da mesma terão que ser propostas de forma que os problemas que afetam sua realidade possam ser superados. “O individualismo e a competitividade devem ser substituídos pela solidariedade, espírito coletivo e respeito à liberdade.” (RIBEIRO, 2001, p.11)

Além disso, é preciso ter clareza sobre a necessidade de se instaurar a “cultura do sucesso” em nossas escolas, sendo que “tal cultura perpassa por uma nova forma de olhar para a escola, redimensionando ou retomando as competências de cada membro da equipe escolar, revendo os tempos, espaços e relações sociais” (RIBEIRO, 2001, p. 14). Com isso, surge o fator mais importante deste estudo e de todas estas relações: as pessoas.

O FATOR MAIS IMPORTANTE DESTE ESTUDO: AS PESSOAS

Considerando o processo didático deste artigo, percebe-se que, tanto a avaliação quanto a busca pela qualidade educacional, giram em torno de um alvo específico: as pessoas. Sejam elas alunos ou professores, equipe de apoio ou comunidade escolar, gestores ou gestados, todos, indistintamente, estão, de maneira muito explícita, ligados nesse processo relacional entre avaliação e qualidade educacional.

Daí a importância de retomar a necessidade apontada na introdução deste trabalho de se identificar as concepções avaliativas presentes no todo da escola e perceber que a heterogeneidade vigora no contexto analisado. Pensando neste aspecto,

pode-se dizer que a diversidade precisa ser o grande diferencial da equipe, mas a união deve ser o elemento chave nesse contexto. Ou seja, respeitar as divergências, entender os diferentes pontos de vista e dar voz a todos os participantes desse processo faz com que a análise crítica e qualitativa do processo avaliativo em busca da qualidade educacional ocorra de forma mais rica e solidária.

Porém, ao falar das pessoas no contexto educacional é preciso pensar nas relações, tanto delas para com o entorno a que pertencem quanto delas para consigo mesmas. Neste sentido, o avaliador é o avaliado, sendo que o julgamento está nas mãos de quem também é julgado, fazendo com que o processo se torne cada vez mais pessoal, imerso e subjetivo. Daí a importância de perceber o grupo em uma estrutura melhor estabelecida, mais coerente e profissional frente ao olhar crítico tão necessário a esse processo. Acúmulo, análise e reflexão sobre os meios avaliativos possibilitam a apuração e a melhoria nas formas de avaliação, tornando mais justo o processo de apreciação das mais variadas aprendizagens dos alunos (GATTI, 2009).

Neste contexto, Gatti (2009) alerta que, ao pensar, planejar e desenvolver o processo avaliativo dos alunos, devem estar presentes questões ligadas à construção e à vivência de uma filosofia que fundamente o trabalho educacional e sustente a concepção de currículo, superando a concepção fragmentada de ensino que prevalece hoje nas escolas brasileiras:

Não há como separar avaliação de ensino, não há como pensar avaliação de alunos sem que se tenha claro o papel da educação na vida das pessoas. A estrutura e dinâmica das escolas com vistas à formação de pessoas, de cidadãos, deveria mostrar-se como uma orquestra, na direção de apresentar ao final do concerto, pelo menos até certo ponto, uma obra harmônica e com sentido. Cada instrumento com seu papel, cada disciplina com seus objetivos integrados e harmonizados no conjunto, em função de metas mais amplas a atingir (GATTI, 2009, p.72).

O professor precisa ter clareza dos aspectos mais importantes vinculados ao ato de avaliar, “não na direção apenas do tópico específico de que trata, mas de seu significado na formação da criança ou jovem, formação esta mais amplamente compreendida” (GATTI, 2009, p. 73), entendendo que medir difere-se de avaliar. Ao medir algum fenômeno, apenas levantamos dados sobre sua grandeza. Porém, para avaliá-lo, é preciso construir o significado destas grandezas obtidas estabelecendo relações entre o que está sendo analisado e o todo, considerando também sua relação com os valores sociais que o circundam.

Com isso, Gatti (2009, p. 73-74) destaca que a avaliação é um julgamento de valor e diz que, nesse sentido, não basta apenas medir ou levantar dados ou corrigir os instrumentos avaliativos; “é preciso inferir, comparar, analisar consequências, examinar o contexto, inferir valores, aquilatar atitudes, formas de comunicação, fazer a autocrítica de valores pessoais, etc...” tudo isso com base nas concepções educacionais preclarificadas e conscientes. “Ao avaliar seus alunos os professores estão avaliando a si mesmos, embora a maioria não tenha consciência disto ou admita isto. Ensino e aprendizagem são indissociáveis e a avaliação é intrínseca a esse processo”.

Por fim, Sordi e Ludke (2009, p. 316) destacam que o propósito colaborativo de construção de um projeto educacional “implica entender e usar a avaliação como uma estratégia organizadora dos múltiplos olhares e ações sobre a realidade, na perspectiva de produzir melhorias”. Neste sentido, o monitoramento é condição indispensável para o balizamento dos avanços e necessidades de melhoria, demonstrando o comprometimento com a aprendizagem dos estudantes.

O DEBATE PRECISA CONTINUAR...

Falar em avaliação e qualidade educacional é tratar de dois assuntos polêmicos. A heterogeneidade de pontos de vista, de concepções incutidas e enraizadas; as ambiguidades, os medos, as resistências; o próprio processo histórico a que estamos submetidos e a crise educacional instalada são fatores que precisam ser levados em consideração ao abordar uma temática como esta. Mesmo reconhecendo a impossibilidade de se chegar a conclusões, não há como desconsiderar que o debate precisa estar vivo e que os avanços são tão necessários quanto são emergentes as correções ao que está estabelecido no panorama educacional atual. Paraphrasing Sordi e Ludke (2009, p. 334) “terminamos com a certeza de que a conversa precisa continuar. Não há pontos finais. Pelo contrário, crescem as reticências, as interrogações, as exclamações.” Deste debate crítico e fundamentado, sem certo

ou errado definidos a priori, espera-se criar um espaço de mais aprendizagem e de menos desconfiança a respeito da avaliação, ora vista como vilã, ora vista como aliada.

Ao garantir o acesso e a permanência de nossos alunos nos bancos escolares, cabe-nos agora uma corrida incessante para o sucesso de cada um deles, considerando suas singularidades, individualidades, seus contextos, projetos e perspectivas. Porém, é preciso ter claro que este sucesso só poderá ser alcançado no dia em que pudermos oferecer a cada um deles uma verdadeira educação de qualidade e o verdadeiro direito de aprender.

REFERÊNCIAS

BAUER, Adriana e SILVA, Vandrê Gomes da. **Qualidade e avaliação**: algumas questões. Revista Escola Pública - Especial Avaliação, v. 1, p. 45-59, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. PDE: **Plano de Desenvolvimento da Educação**: Prova Brasil: ensino fundamental: matrizes de referência, tópicos e descritores. Brasília: MEC, SEB; Inep, 2008.

_____. Ministério da Educação. **Programa de Formação de Professores Alfabetizadores**. Brasília: MEC, 2012.

_____. **Plano Nacional de Educação**. Lei n. 13.005 de 25 de junho de 2014. DOU, 26/06/2014 (p. 001, col. 01, edição extra).

CARROL, Lewis. **Alice no País das Maravilhas**, Brasil, E-Book Brasil, 2002. Tradução Clelia Regina Ramos.

FRANCO, M. L. P. B. Pressupostos Epistemológicos da Avaliação Educacional. In: **Cadernos de Pesquisa** n. 74, p. 63-67, Agosto/1990.

GATTI, B. A Avaliação em Sala de Aula. In: **Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Turismo**. ISSN 1984-5952 - Vol. 1, n. 1, p. 61-77, Maio/2009.

INEP. **PISA**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/pisa-programa-internacional-de-avaliacao-de-alunos>>. Acesso em: 29jun. 2014, 12:11:10.

_____. **SAEB**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/saeb/aneb-e-anresc>>. Acesso em: 28fev. 2015, 09:52:30.

NÓVOA, António. **Para uma análise das instituições escolares**. As organizações escolares em análise, v. 3, p. 13-43, 1992.

SORDI, M. R. L.; LUDKE, M. Da Avaliação da Aprendizagem à Avaliação Institucional: Aprendizagens Necessárias. In: **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 2, p. 253-266, jul. 2009.

SOUSA, Sandra Maria Zakia Lian. **Avaliação**: debater é preciso. Revista Escola Pública - Especial Avaliação, v. 1, pp. 16-29, 2011.